



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção predial corretiva, com fornecimento de materiais, mão de obra e insumos necessários, para atender eventuais demandas nos imóveis da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) no município de Boa Vista – RR.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Tendo em vista a necessidade de conservar os imóveis da CAER em boas condições de funcionamento, são necessárias ações de manutenção corretiva visando a reparação, adaptação e modernização de estruturas, instalações e ambientes construídos, mantendo-os em permanente condição de atender adequadamente as demandas internas da Companhia e da população usuária.

2.2. De acordo com a NBR 5674/2012, a manutenção corretiva de edificações tem como finalidade permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e patrimoniais aos seus usuários. Neste sentido, são necessários serviços de recuperação e substituições, visando corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração natural de seus componentes ou de atualizações nas necessidades de seus usuários.

2.3. A ausência dos referidos serviços, sobretudo nas instalações mais antigas, pode ocasionar anormalidades nos sistemas vitais ao desempenho de atividades desenvolvidas nos prédios da CAER, podendo causar danos ao seu patrimônio, além de provocar desconforto aos seus colaboradores e morosidade nos serviços prestados à população devido a possíveis falhas e paralisações.

2.4. Diante do exposto, busca-se a contratação de empresa especializada para a manutenção dos imóveis da CAER no município de Boa Vista – RR, considerando a imprevisibilidade de ocorrência do evento.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

3.1. A manutenção predial abrange todos os imóveis da CAER no município de Boa Vista-RR, e contemplam os serviços de reparação, demolição, remoção, substituição, a serem executados conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes no Anexo.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. NATUREZA DOS SERVIÇOS EVENTUAL

4.1.1. O objeto a ser licitado não possui natureza continuada.

4.2. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.2.1. O licitante deverá atender os seguintes requisitos para a contratação pretendida:

- a) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços;
- b) Emprego de estruturas pré-moldadas, fabricadas em material que permita a reutilização;
- c) Utilização, caso necessário, de andaimes e escoras preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- d) Quando couber, previsão de espaço físico específico para a coleta e armazenamento de materiais recicláveis;
- e) Utilização da Norma ABNT NBR 15920 como referencial para eficiência econômica das seções dos cabos elétricos com base em perdas por efeito joule.
- f) Obedecer quando couber, leis federais, estaduais e municipais referentes aos Projetos de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), bem como respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

4.3. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.3.1. O contrato terá vigência inicial de 12 meses, conforme fundamentado nos Artigos 197, 198 e 199 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CAER.

4.3.2. TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS

4.3.3. Não será necessária a transição contratual para esta contratação.

4.4. SOLUÇÕES DE MERCADO



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

4.4.1. Para solucionar o interesse da Companhia, esta Gerência entende sua viabilidade através de duas opções:

4.4.2. A primeira delas, consiste na adesão de **Ata de Registro de Preço (ARP)** para a contratação de serviços de manutenção predial é fundamentada em diversas razões que demonstram a viabilidade, eficiência e economicidade dessa modalidade de contratação, especialmente diante das características dinâmicas e variadas das necessidades de manutenção.

4.4.3. Porém, esta opção se torna inviável devido à dificuldade de encontrar uma ata de registro de preços que contemple todos os serviços que a CAER necessita.

4.4.4. Por outro lado, a escolha pela modalidade por meio de processo licitatório para a contratação de serviços de manutenção predial é fundamentada em aspectos que garantem a eficiência, a transparência e a adequação às necessidades específicas da administração pública, por tanto, torna-se mais viável, pois atende a todas as demandas previstas para a Companhia, obedecendo entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, interesse público, proporcionalidade e economicidade.

4.5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.5.1. A licitante deverá apresentar a proposta de preços contendo os preços unitários e totais dos itens que compõem o serviço acompanhada da documentação abaixo:

4.5.2. Composição de custos e formação de preços unitários;

4.5.3. Composição de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas);

4.5.4. Composição de encargos sociais sobre a mão de obra.

4.6. DOCUMENTOS REFERENTES A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.6.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei no 5.194/66) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei no 12.378/2010), com jurisdição sobre o domicílio da sede da Licitante;

4.6.2. Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante;



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

4.6.3. Comprovação da Licitante possuir na data da apresentação dos envelopes, Declaração e/ou Contrato de Prestação de Serviços, assinada por seu(s) representante(s) legal(is) e seu(s) responsável(eis) técnico(s), onde conste a indicação de: Engenheiro(s) civil(is), Arquiteto(s) ou modalidade equivalente para a futura execução dos serviços e que seja(am) detentor(es) de acervo(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho Regional correspondente, que comprove ter o profissional executado obra ou serviços pertinente e compatível com o objeto da licitação em características, quantidades e prazos;

4.6.4. Somente serão aceitos atestado(s) e/ou certidão(es) de capacidade técnica – operacional e profissional – fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU da região onde foram executados os serviços;

4.6.5. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) de capacidade técnica – operacional e profissional necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido;

4.6.6. Declaração que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) do(s) atestado(s) acima, pertencerá(ão) ao quadro da empresa junto ao CREA/CAU para execução do objeto, assinada por seu(s) representante(s) legal(is) e seu(s) responsável(eis) técnico(s);

4.6.7. Declaração de que recebeu todos os documentos relativos à licitação e que tomou conhecimento de todas as informações para cumprimento do objeto ora licitado.

5. METODOLOGIA

5.1. A metodologia e especificação técnica dos serviços estará descrita no Memorial Descritivo, alocado nos autos do processo, anexo à este Projeto Básico.

6. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A contratada deverá executar os serviços de manutenção predial na sede desta Companhia, Centros de Reservação e Distribuição de Água – CRD's, imóveis



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

onde estão situados os poços da CAER, Estações Elevatórias de Esgotos – E.E.E's e Estação de Tratamento de Esgotos – E.T.E., no Município de Boa Vista – RR.

6.2. O prazo para execução dos serviços será contado a partir da data de expedição da Ordem de Execução de Serviço por parte do gestor da CAER à empresa Contratada.

7. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

7.1. O **recebimento provisório** dos serviços se dará na data da entrega deles, ou seja, dentro do prazo estabelecido no item anterior, contados para efeito de posterior verificação da conformidade deles, com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta vencedora;

7.2. O **recebimento definitivo** dos serviços, será finalizado em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório mencionado no subitem anterior, após a aferição de qualidade, especificações e quantidades e consequente aceitação;

7.3. Não serão aceitos serviços entregues em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico, onde eles serão imediatamente recusados, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

7.4. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregue, sendo aplicadas às penalidades previstas neste Projeto Básico.

8. GARANTIA DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo de garantia dos serviços executados, defeitos de funcionamento das instalações e materiais fornecidos não será inferior a 05 (cinco) anos, a contar da data de recebimento definitivo dos serviços pela Contratante.

9. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

9.1. Sugerimos a adoção do **CERTAME LICITATÓRIO PELA LEI Nº 13.303/2016**, aplicando-se o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**, por se tratar de serviços de engenharia, os quais permitem que serão solicitadas conforme a necessidade da Companhia, com fundamento no Art. 158 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da CAER.

10. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

10.1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1.1. Sugerimos a adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de atividades e serviços interdependentes, o que dificultaria o gerenciamento de várias empresas contratadas e posterior verificação e definição de responsabilidade do executado no que se refere às garantias e resultados.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

11.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação;

11.2. PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO:

11.2.1. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

11.3. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

11.3.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual;

11.3.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

11.3.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

11.3.4. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos- RILC, ambos desta Companhia.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

11.4. SANÇÕES:

11.4.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa compensatória;
- IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

11.4.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III;

11.4.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

11.4.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

10.5.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

11.4.5. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

11.4.6. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

11.4.7. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

11.4.8. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

10.5.9. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

11.4.9. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

11.4.10. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.4.11. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

11.4.12. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.4.13. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

11.4.14. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

11.4.15. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

11.4.16. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

11.5.17. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

11.5. JUSTIFICATIVA DA GLOSA:

11.5.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

III – deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

11.6. EXTINÇÃO DO CONTRATO:

11.6.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

12.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do produto;

12.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13. REGIME DA EXECUÇÃO

13.1. O regime da contratação será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de serviços de engenharia onde as quantidades dos materiais e dos serviços possuem boa margem de precisão, conforme inciso II, do Art. 60 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da CAER.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão por conta dos recursos próprios da CAER, pela unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: 45000.17122010.001.000/399/001 devidamente atestados.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

15. DO VALOR ESTIMADO

15.1. O valor estimado para esta contratação será sigiloso, conforme art. 59 do RILC/CAER.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. A matriz de riscos encontra-se anexa à este Projeto Básico.

17. DOS ANEXOS DESTE PROJETO BÁSICO

17.1. Integram o presente Projeto Básico, como partes indissociáveis, os anexos descritos no subitem deste item, os quais foram elaborados pela Gerência de Projetos e Obras - GPO, no exercício de suas atribuições técnicas e administrativas, em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis:

17.2. Anexo I – Matriz de Riscos;

17.3. Anexo II – Planilha de Quantitativos;

17.4. Anexo III – Memorial Descritivo.

17.5. Os anexos têm por finalidade complementar, detalhar e subsidiar tecnicamente o Projeto Básico, devendo ser analisados de forma integrada e indissociável ao seu conteúdo principal.

18. DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO BÁSICO

18.1. Em conformidade com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da CAER, o Projeto Básico foi elaborado no âmbito desta Companhia, por profissional legalmente habilitado, com inscrição no Conselho Regional de Engenharia - CREA, designado como responsável técnico, ao qual compete o registro das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs;

18.2. A elaboração do Projeto Básico observou os estudos, levantamentos e documentos técnicos que instruem o presente processo administrativo, atendendo às disposições legais e normativas aplicáveis;

18.3. O Projeto Básico integra o presente processo administrativo e está sujeito à análise e, no caso de concordância, à aprovação pela Diretoria de Engenharia e Gestão Ambiental - DEA.

Boa Vista – RR, 10 de fevereiro de 2026.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ELABORADO POR:

WINDER MONTENEGRO PEIXOTO DA SILVA
Engenheiro Civil CREA/AM: 040129066-2

CONCORDO E APROVO NOS TERMOS DO RILC/CAER:

ELIZANGELA DE SOUSA RODRIGUES
Diretora de Engenharia e Gestão Ambiental - DEA